



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 10

MANDATO 2021/2025

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 25.02.2022 e 29.04.2022. -----

2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----

2.1 - Proposta de alteração e unificação do regulamento do funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família da Rede Pública da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico do Município de Valongo; -----

2.2 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargo dirigente intermédio de 1.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento. -----

2.3 – Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2021; -----

2.4 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Ana Maria Martins Rodrigues, os/as senhores/as vereadores/as Paulo Miguel da Silva Santos, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Mário Armando Martins Duarte, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, d dos Membros da Assembleia Municipal Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre, Carla Cristina Queirós Ferreira Marques, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Esperança Maria de Oliveira Teixeira, Madalena Sofia Alves de Oliveira, Mário Rui Oliveira Monteiro, Pedro Miguel Bouça Fernandes, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa, Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho e Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio tendo sido substituídos, respetivamente, por Ana Margarida Ferreira Leal, André Diogo Pereira Teixeira, Ana Isabel Loureiro Pereira, Daniel Filipe Pinto Moreira, Joaquim Moreira, Patrícia Maria Marques Maia, Manuel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Fernando Almeida Ferreira Pinho, Adelino Joaquim Machado Soares, Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro, Débora Sofia Magalhães Espinheira. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Catia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções, concedeu a palavra aos Membros da Assembleia. --

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse pretender colocar duas questões uma tem a ver com o Tok'A Mexer, com o que aconteceu este ano. -----

Houve uma grande procura do programa para ocupação de férias escolares e gostariam de perceber o que aconteceu no que toca às vagas e à plataforma, foi, foram-lhes chegando várias questões de que houve constrangimentos nas inscrições do Tok'A Mexer. -----

Outro assunto tem a ver com a descentralização, uma esmagadora maioria dos municípios foi adiando a adesão, houve municípios que foram pioneiros ao aceitar a descentralização em alguns domínios, dado que Valongo foi um dos pioneiros, assim gostariam de saber qual o balanço do processo de descentralização na área da educação. -----

Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que existe um prédio na Avenida Fontes Pereira de Melo, cuja construção foi embargada com a justificação de que ultrapassava os limites permitidos, sendo que parte da construção ocupava o espaço público. -----

Entretanto a construção foi retomada, assim gostariam de saber se houve alguma alteração ao projeto, e que alterações foram efetuadas para que a construção retomasse. -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Adelino Joaquim Machado Soares**, apresentou os seguintes documentos: -----

Requerimento -----

Recolha Seletiva de Resíduos Porta-a-Porta -----

Com um número de habitações servidas por este serviço na ordem dos 8500 agregados, a recolha seletiva porta-a-porta configurou um passo importante para uma recolha mais próxima, cómoda e sustentável. Mas tudo isto pode criar nas pessoas um sentimento contrário se não se respeitarem os dias de recolha estipulados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

À CDU são várias as queixas que nos chegam de moradores que aderiram a esta modalidade e que agora veem frustradas as suas expectativas, com várias supressões dos serviços. -----

Requeremos que a Câmara Municipal de Valongo nos informe: -----

Tem a Câmara Municipal recebido queixas dos moradores? -----

Faz a Câmara Municipal algum tipo de controlo de satisfação junto dos moradores aderentes? -----

Está nos seus planos e ambições o aumento da cobertura deste serviço? -----

Recomendação -----

A população da Gandra em Sobrado, era até há alguns anos atrás, servida pelas camionetas de passageiros até ao largo da Gandra e desde o Largo da Gandra, onde as camionetas lá chegadas, davam a volta e voltavam. --- Como apoio aos utentes daquele transporte, até existia um abrigo para os passageiros no local da partida, abrigo que ainda hoje se mantém no mesmo local de então, mas completamente ao abandono, inutilizado, porque as camionetas já não chegam lá. -----

Segundo foi alegado e com certa lógica, por dificuldades de circulação e de dar a volta, as camionetas passaram a dar a volta num cruzamento de ruas anterior, obrigando as pessoas a terem de se deslocar para esse cruzamento a uma distância significativa e ali esperar ao sol, ao vento e à chuva, porque o abrigo que lhe faz falta, ficou lá para trás e sem utilidade nenhuma. -----

Porque entendemos que é urgente resolver aquele problema e porque a solução para o mesmo não é difícil, a CDU propõe e recomenda à Câmara Municipal de Valongo: -----

Que naquele local sejam criadas condições para novamente circular em autocarros de passageiros e que o futuro local para os mesmos dêem a volta, se verifique mais além e debaixo da A-41, onde existem condições para isso, alargando-se assim, a utilidade daqueles transportes a todos os habitantes daquela área, alguns dos quais já com idade avançada, dispensando-os de terem de se deslocar, quer para lá, quer para cá, aquela distância a pé. -----

Requerimento -----

Assembleia Municipal de Jovens -----

A Assembleia Municipal de Jovens é uma iniciativa da Assembleia Municipal que proporciona aos jovens do concelho um espaço de debate e incentiva-os a serem mais participativos, mais atentos e mais ativos no concelho. Esta última edição não fugiu à regra e decorreu de uma forma muito construtiva, tendo sido alcançados, na nossa perspetiva, os seus objetivos principais. -----

Cabe agora aos eleitos nos diferentes órgãos do concelho não deixar esquecer as propostas e as considerações feitas pelos jovens eleitos. Cabe à Câmara Municipal de Valongo tudo fazer para dar resposta aos problemas e soluções elencadas pelos jovens. Sem desprimor por nenhuma das sugestões apresentadas, gostaríamos de questionar a Câmara Municipal de Valongo acerca do seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Tem a Câmara Municipal de Valongo alguma solução para o problema de acessibilidades entre o centro de Alfena até à Escola Secundária de Alfena? Equaciona a CM de Valongo a possibilidade de criar um sistema de *shuttle/vaivém* que possa dar resposta a este problema? -----

A limpeza dos terrenos adjacentes à Escola Secundária de Alfena está feita? (lembramos que os proprietários tinham de o fazer até 30 de abril de 2022); -----

Analisou a Câmara Municipal de Valongo a viabilidade de construção do passadiço entre a Ponte Ferreira e a Zona da Azenha em Campo? -----

No âmbito das transferências de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018), há vias dentro de concelho de Valongo que passam a ser agora da gestão da Câmara Municipal? Se sim, quais? O que poderá a Câmara Municipal de Valongo fazer para aumentar a qualidade da mobilidade de peões na N22? -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, apresentou os seguintes documentos:

Moção -----

Pela defesa dos CTT -----

Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013. -----

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser a norma. -----

O que aconteceu nos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado Português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. -----

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. -----

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas. -----

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano mais um dividendo por ação. -----

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos dos CTT diminuem os gastos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

com o pessoal na área do correio. Não são contratados carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. Só na região Norte são necessários mais de 200 profissionais, alertam os sindicatos. -----
Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29 de junho de 2022 delibera. -----
Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028; -----
Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades da população em matéria de serviços postais. -----

Recomendação -----

Por um Encontro Nacional Municipalista -----
Há 100 anos, entre os dias 10 e 13 de junho de 1922, teve lugar em Lisboa um Congresso Nacional Municipalista com representantes de 159 municípios. Os jornais da época (Diário de Notícias, O Século, Pátria, A Batalha, República, entre outros) deram o devido relevo àquele evento. -----
“A descentralização administrativa tem servido aos nossos dirigentes apenas como enfeite oratório”, salientou João Costa Gomes, presidente da Comissão Organizadora daquele congresso. Daí o combate ao centralismo, uma maior autonomia para os municípios, um novo código administrativo da República (para substituir o de 1896), como as principais reivindicações. -----
A criação de lactários e creches municipais ou a abertura de agências dum banco de crédito social em todos os concelhos foram algumas das 73 propostas aprovadas. A constituição dum Confederação Nacional dos Municípios, a quem competiria a representação municipal junto do parlamento e do governo, foi também defendida naquele evento. -----
O golpe de 28 de maio de 1926 e a instauração do regime fascista acentuou a centralização do poder, transformando as autarquias numa extensão governamental, sem autonomia administrativa ou financeira e em que até os presidentes da Câmara eram nomeados, e não eleitos. Só 48 anos depois, com o 25 de Abril de 1974 e a Constituição de 1976, as autarquias conquistaram um novo estatuto, eleição dos seus membros, participação pública, organização e competências para responder aos problemas das populações. -----
A criação em 1984, da ANMP foi um passo em frente na representação de 308 municípios (178 até 20.000 habitantes, 106 entre 20.000 e 100.000 e apenas 24 municípios com mais de 100.000 habitantes). Mas deve dizer-se que a ANMP sofreu sempre de uma fragilidade político-democrática, ao assentar a sua ação nos presidentes de câmara e ao excluir no seu universo os membros do outro órgão do município, a assembleia municipal, contrariando a legislação sobre as autarquias que definiu a assembleia municipal e a câmara municipal como os dois órgãos do município. É certo que os pareceres da ANMP sobre os Orçamentos de estado foram em geral desfavoráveis às propostas governamentais e foi sempre criticado o desrespeito pelos sucessivos governos da Lei das Finanças Locais. Mas a ANMP, perante a lei (a 50/2018 de 16 de agosto) sobre transferência de competências para as autarquias locais, aprovada apenas pelos votos do PS e PSD, não conseguiu assegurar o integral cumprimento pelo governo dos objetivos da descentralização previstos no art.º 6.º n.º 1 da Constituição:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

reforço da coesão territorial e social e adequados meios patrimoniais e financeiros, para garantir que as transferências de competências para as autarquias não ponham em causa a universalidade no acesso das populações a serviços públicos nem acentuem as assimetrias sociais e territoriais. -----

Face às vicissitudes do processo de transferência de competências do Estado para os municípios e freguesias, é necessário e urgente que as/os autarcas dos dois órgãos dos municípios (Câmara e Assembleia Municipais), sem qualquer exclusão, possam ter um espaço de debate sobre esta matéria. Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2022 delibera: -----

1. Saudar a realização há 100 anos do Congresso Nacional Municipalista onde os quase 300 representantes dos municípios enunciaram reivindicações e defenderam a autonomia e descentralização administrativa;
2. Constituir uma convenção eventual (180 dias, prorrogáveis) sobre a descentralização de competências para os municípios e para as freguesias, composta por representantes da Mesa e de cada um dos grupos municipais nos termos do art.º 26.º n.º 1 c) da Lei n.º 75/213 e do Regimento da Assembleia Municipal; -
3. Recomendar ao Executivo municipal se empenhe na realização de um Encontro Nacional Municipalista para um debate aprofundado sobre o processo em curso de transferência de competências a fim de encontrar os melhores caminhos para concretizar a descentralização administrativa apontada na Constituição da República, com a participação de presidentes e vereadores das câmaras municipais e de membros das assembleias municipais, de associações do sector (ANMP e ANAM) e de entidades com reflexão sobre as autarquias (como AEDREL). -----

Disse de seguida que a recolha de lixo porta-a-porta, que acompanham, é bom para o ambiente também querem que seja bom para as populações, mas continuam a assistir, em vários pontos, ao depósito de sacos de lixo à volta dos moloks que existem e estão constantemente cheios. Assim, questionavam que tipo de avaliação em termos de salubridade e eficiência do serviço a Autarquia está a efetuar ou pretende efetuar. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, apresentou o seguinte Voto de Pesar: -----

Voto de Pesar -----

À data Portugal regista já quase tantos casos de vítimas mortais como o total verificado no ano de 2021. A Associação de Apoio à Vítima (APAV) regista em média 54 casos de violência doméstica, por dia. Esta é apenas a face visível e que chega às notícias de uma guerra que se eterniza, em que agressor é quase sempre a pessoa íntima, e o crime cometido entre quatro paredes. -----

Em mais de metade dos casos há antecedentes de agressões e 40% das vítimas já haviam apresentado queixa contra o homicida. Este continua a ser um flagelo no nosso país. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade, quando perdemos vidas para a violência, incluindo a violência contra crianças. -----

Reunida em plenário, a Assembleia Municipal de Valongo mostra o seu profundo pesar pela morte de todas as vítimas de violência doméstica e expressa as mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Valongo delibere: -----
Realizar um minuto de silêncio em solidariedade com todas as vítimas de violência doméstica, apelando tanto a nível central como local, se tomem medidas mais eficazes para combater este flagelo. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que alguns moloks são muito pouco profundos, quando se vai depositar o lixo estão completamente cheios, sendo o único recurso colocar os sacos na parte de fora dos moloks. -----

Quanto aos contentores para a reciclagem as aberturas deveriam ser maiores, principalmente os do vidro e do cartão. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que relativamente aos resíduos trabalha no ramo, gostaria de salientar que o Município ainda tem muito a fazer quanto à recolha seletiva, além da Câmara e da empresa que efetua a recolha existe uma grande falta de civismo por parte das pessoas. -

A Vice-Presidente da Câmara, **Ana Maria Martins Rodrigues**, disse que o senhor Presidente da Câmara não estava presente por se encontrar em Bruxelas numa reunião do Comité das Regiões. -----

O Vereador, **Orlando Gaspar Rodrigues**, disse que relativamente à transferência de competências assumiram, em 2020, a educação e a avaliação que fazem é positiva, no entanto há questões em que é necessário fazer retificações, alguns ajustes. -----

Em 2020, na área da educação transferiram as competências, e as respetivas verbas, para os agrupamentos ficando apenas com a questão do pessoal não docente e a componente de apoio à família. -----

Em 2021 assumiram as competências todas e transferiram para os agrupamentos os transportes dos alunos da educação especial, e as respetivas verbas. -----

No ano de 2020, na contabilidade existe um défice de 150 mil euros, que não é real, em 2021 têm um défice de 200 mil euros que também não é real, que tem a ver com um valor em dívida do Ministério da Educação de 200 mil euros em 2020 e 2021, que se deve com um erro nas AEC, que irá ser corrigido. -----

Relativamente ao Tok'A Mexer em 2019 tiveram 200 crianças inscritas, em 2020 não fizeram a atividade devido à pandemia, em 2021 reduziram para 100 crianças, também devido à pandemia, este ano mantiveram 100 crianças pelo mesmo motivo. -----

Quando tomaram a decisão de avançar com o Tok'A Mexer foi em fevereiro/março e havia o risco de uma nova vaga de Covid 19 e não quiseram arriscar, mantendo as 100 crianças em Valongo e 100 crianças em Ermesinde. A plataforma para as inscrições abre às 9.00 horas e as primeiras a efetuar a inscrição são as que de facto acabam por garantir a inscrição e as semanas, sendo 800 crianças em 8 semanas, 100 por semana, tendo as vagas existentes esgotado no período de uma hora. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Vereador, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente à construção do prédio foi verificado que não que diz respeito ao alinhamento não estava de acordo e foi embargado, tendo sido o promotor obrigado a cortar parte do prédio do lado direito e do lado esquerdo, estando agora o edifício a cumprir os requisitos. -----

O Vereador, **Ivo Vale das Neves**, disse que relativamente à recolha de resíduos controlam através de GPS os percursos que são feitos diariamente, desde que está com a responsabilidade desse serviço nunca foram verificadas reclamações ou falhas significativas. -----

Quanto à cobertura do serviço da recolha seletiva já aumentaram em relação ao que estava previsto no contrato inicial cerca de 3000 habitações. -----

Relativamente à questão dos moloks é um problema em que existe muita falta de civismo, os ecopontos usados no Concelho são os mesmos que são usados no resto do país. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Dias Feliz**, disse que relativamente ao Tok'A Mexer tem sido ventilado que Valongo tem o melhor serviço ao melhor preço, chegam a 2022 e têm um rácio de 100 alunos que podem frequentar o programa. -----

O Vereador deu a justificação da pandemia, mas em abril retiraram as máscaras e foram levantadas as restrições, e de abril a junho ainda tinha dúvidas de que vinha nova pandemia. A pandemia vai continuar, têm que começar a viver com ela. -----

O Vereador, **Orlando Gaspar Rodrigues**, disse que para além do Tok'A Mexer o serviço as AAF e as CAF funcionam durante o mês de julho, para além disso a Junta de Ermesinde também tem a oferta do Campo de Férias. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia, tendo sido aceite por **unanimidade**. ---

De seguida colocou à discussão o ponto 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 25.02.2022 e 29.04.2022, não se tendo verificado intervenções colocou à votação as atas tendo sido aprovadas por **unanimidade** pelos presentes nas respetivas reuniões. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.1 - Proposta de alteração e unificação do regulamento do funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família da Rede Pública da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico do Município de Valongo, não se tendo verificado intervenções colocou à votação tendo sido aprovado por **unanimidade**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.2 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargo dirigente intermédio de 1.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento, não se tendo verificado intervenções colocou à votação tendo sido aprovado por **unanimidade**. -- De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 – Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2021. ----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que por parte do BE não colocam em questão o rigor contabilístico do documento apresentado, no entanto face à reserva colocada pelo Revisor Oficial de Contas na falta de alguma informação acerca dos contratos com a E-Redes e as Águas de Valongo, votam abstenção. ----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 – Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2021, tendo sido aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: 19 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. ----

Abstenção: 12 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do grupo Municipal do BE, 1 abstenção do CHEGA e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. ----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----
“As contas consolidadas do município de Valongo, agora avaliadas, não alteram de forma relevante as contas do município, objeto de apreciação em abril, por quanto se mantêm os motivos que levaram a bancada do Partido Socialista a votar favoravelmente das mesmas. ----

A importância de uma gestão de contas públicas assume particular relevância numa época como a que atualmente vivemos, caracterizada pela incerteza dos mercados, pela subida da inflação e pelo recurso crescente à reposição do equilíbrio financeiro dos contratos por parte dos fornecedores. ----

Caso o município de Valongo não tivesse optado por uma gestão criteriosa, rigorosa e eficiente dos recursos disponibilizados ao longo dos últimos anos, correria agora e nos tempos mais próximos sérios riscos de reduzir a sua atividade ao pagamento de dívida e de outros encargos fixos. Sairia penalizado o município e sairiam penalizados os Valonguenses.” ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.4 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **unanimidade**. De seguida colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções, deu início ao Período Pós Ordem do Dia. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que relativamente à Recomendação - Por um Encontro Nacional Municipalista o texto está um bocadinho confuso, sendo o que se pretende é que a Assembleia se pronuncie e tome uma posição, solicitando que fosse votada ponto por ponto. --

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a seguinte **Moção** – Pela defesa dos CTT, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

Moção -----

Pela defesa dos CTT -----

Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013. -----

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser a norma. -----

O que aconteceu nos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. -----

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. -----

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas. -----

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano mais um dividendo por ação. -----

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos dos CTT diminuem os gastos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

com o pessoal na área do correio. Não são contratados carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. Só na região Norte são necessários mais de 200 profissionais, alertam os sindicatos. -----
Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29 de junho de 2022 delibera. -----
Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028; -----
Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades da população em matéria de serviços postais. -----
Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por **maioria**, com 21 votos a favor dos Grupos Municipais do PS da CDU, BE e PAN, Presidentes de Junta de Alfena, Ermesinde, Campo/Sobrado e Valongo, 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 9 votos contra dos Grupos Municipais do PPD/PSD, CDS e Chega. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: --
“Relativamente à Moção o PSD, gostava de deixar claro que tudo o que está aqui de princípio não podemos deixar de concordar, é tudo bom. Agora quando pretendemos sem qualquer explicação séria afirmar coisas importantes, justificando com ação quem não tem nada a ver com isto, não podemos concordar. Parece que as decisões do governo PSD-CDS em privatizar justifica as ações positivas ou negativas da gestão que está a ser feita nos CTT, com essa parte não podemos concordar.” -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----
*“Para justificar a nossa abstenção, exatamente o que o deputado, Dr. Palhau acabou de expor. Eu concordo com os dois pontos expressados simplesmente, começa a Moção pela defesa dos CTT, se é pela defesa dos CTT, é porque os CTT estão a trabalhar bem. Coisa que na minha ótica não é assim, por outro lado, efetivamente falar dos milhões que encaixaram só demonstra realmente uma boa gestão e o que está aqui em causa não é a boa ou a má gestão dos CTT, mas sim um mau ou bom serviço prestado por esta entidade, efetivamente em Valongo isto tem vindo a degradar-se, desconheço no concelho que tenha exatamente sido da mesma maneira, e por exemplo na minha casa, no meu prédio, na minha rua eu recebo correio uma vez por semana. -----
Não vou justificar a dizer que recebo as contas fora do prazo porque isso é um falso problema as contas são enviadas a tempo e se vier dois ou três ou até mesmo quatro dias antes do prazo está perfeitamente dentro do prazo para as pessoas serem avisadas, e ninguém manda avisos, normalmente, para pagamento de contas eles mandam com tempo suficiente para ninguém se esquecer. Agora só para dizer que por parte do grupo Nós Cidadãos concordamos com o conteúdo, mas não podemos concordar com a forma que foi apresentada e por isso a nossa abstenção.”* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o seguinte **Voto de Pesar** – Pelas vítimas de violência doméstica, apresentado pelo Grupo Municipal do PAN: -----

Voto de Pesar -----

À data Portugal regista já quase tantos casos de vítimas mortais como o total verificado no ano de 2021. A Associação de Apoio à Vítima (APAV) regista em média 54 casos de violência doméstica, por dia. Esta é apenas a face visível e que chega às notícias de uma guerra que se eterniza, em que agressor é quase sempre a pessoa íntima, e o crime cometido entre quatro paredes. -----

Em mais de metade dos casos há antecedentes de agressões e 40% das vítimas já haviam apresentado queixa contra o homicida. Este continua a ser um flagelo no nosso país. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade, quando perdemos vidas para a violência, incluindo a violência contra crianças. -----

Reunida em plenário, a Assembleia Municipal de Valongo mostra o seu profundo pesar pela morte de todas as vítimas de violência doméstica e expressa as mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos. -----

O Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Valongo delibere: -----

Realizar um minuto de silêncio em solidariedade com todas as vítimas de violência doméstica, apelando tanto a nível central como local, se tomem medidas mais eficazes para combater este flagelo. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **unanimidade**. -----

Colocou seguidamente à discussão a seguinte **Recomendação** – Por um Encontro Nacional Municipalista, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

Recomendação -----

Por um Encontro Nacional Municipalista -----

Há 100 anos, entre os dias 10 e 13 de junho de 1922, teve lugar em Lisboa um Congresso Nacional Municipalista com representantes de 159 municípios. Os jornais da época (Diário de Notícias, O Século, Pátria, A Batalha, República, entre outros) deram o devido relevo àquele evento. -----

“A descentralização administrativa tem servido aos nossos dirigentes apenas como enfeite oratório”, salientou João Costa Gomes, presidente da Comissão Organizadora daquele congresso. Daí o combate ao centralismo, uma maior autonomia para os municípios, um novo código administrativo da República (para substituir o de 1896), como as principais reivindicações. -----

A criação de lactários e creches municipais ou a abertura de agências dum banco de crédito social em todos os concelhos foram algumas das 73 propostas aprovadas. A constituição duma Confederação Nacional dos Municípios, a quem competiria a representação municipal junto do parlamento e do governo, foi também defendida naquele evento. -----

O golpe de 28 de maio de 1926 e a instauração do regime fascista acentuou a centralização do poder, transformando as autarquias numa extensão governamental, sem autonomia administrativa ou financeira e em que até os presidentes da Câmara eram nomeados, e não eleitos. Só 48 anos depois, com o 25 de Abril de 1974



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

e a Constituição de 1976, as autarquias conquistaram um novo estatuto, eleição dos seus membros, participação pública, organização e competências para responder aos problemas das populações. -----

A criação em 1984, da ANMP foi um passo em frente na representação de 308 municípios (178 até 20.000 habitantes, 106 entre 20.000 e 100.000 e apenas 24 municípios com mais de 100.000 habitantes). Mas deve dizer-se que a ANMP sofreu sempre de uma fragilidade político-democrática, ao assentar a sua ação nos presidentes de câmara e ao excluir no seu universo os membros do outro órgão do município, a assembleia municipal, contrariando a legislação sobre as autarquias que definiu a assembleia municipal e a câmara municipal como os dois órgãos do município. É certo que os pareceres da ANMP sobre os Orçamentos de estado foram em geral desfavoráveis às propostas governamentais e foi sempre criticado o desrespeito pelos sucessivos governos da Lei das Finanças Locais. Mas a ANMP, perante a lei (a 50/2018 de 16 de agosto) sobre transferência de competências para as autarquias locais, aprovada apenas pelos votos do PS e PSD, não conseguiu assegurar o integral cumprimento pelo governo dos objetivos da descentralização previstos no art.º 6.º n.º 1 da Constituição: reforço da coesão territorial e social e adequados meios patrimoniais e financeiros, para garantir que as transferências de competências para as autarquias não ponham em causa a universalidade no acesso das populações a serviços públicos nem acentuem as assimetrias sociais e territoriais. -----

Face às vicissitudes do processo de transferência de competências do Estados para os municípios e freguesias, é necessário e urgente que as/os autarcas dos dois órgãos dos municípios (Câmara e Assembleia Municipais), sem qualquer exclusão, possam ter um espaço de debate sobre esta matéria. Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária de 29 de junho de 2022 delibera: -----

1. Saudar a realização há 100 anos do Congresso Nacional Municipalista onde os quase 300 representantes dos municípios enunciaram reivindicações e defenderam a autonomia e descentralização administrativa;
2. Constituir uma convenção eventual (180 dias, prorrogáveis) sobre a descentralização de competências para os municípios e para as freguesias, composta por representantes da Mesa e de cada um dos grupos municipais nos termos do art.º 26.º n.º 1 c) da Lei n.º 75/213 e do Regimento da Assembleia Municipal; -
3. Recomendar ao Executivo municipal se empenhe na realização de um Encontro Nacional Municipalista para um debate aprofundado sobre o processo em curso de transferência de competências a fim de encontrar os melhores caminhos para concretizar a descentralização administrativa apontada na Constituição da República, com a participação de presidentes e vereadores das câmaras municipais e de membros das assembleias municipais, de associações do sector (ANMP e ANAM) e de entidades com reflexão sobre as autarquias (como AEDREL). -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que em relação ao primeiro ponto do documento nada têm aa opor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto à questão da comissão com a alteração do Regimento têm instrumentos, como o agendamento potestativo, que lhes permite criar um instrumento de discussão e de trabalho relativamente à questão, pelo que entendem que a comissão não seria útil. -----

Relativamente à questão do Encontro Nacional de Municipalistas, existem órgãos nacionais próprios que representam as freguesias, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e entidades que representam as Assembleias Municipais. -----

A Câmara Municipal tem a obrigação de fazer todas as démarches que sejam necessárias para que a descentralização seja um processo que tenha sucesso. -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que o documento suscita algumas dúvidas, quanto ao primeiro ponto não causa qualquer problema. -----

Relativamente ao segundo e terceiro pontos deveria ter merecido uma atenção especial em Conferência de Representantes de forma a prepararem a discussão. -----

Trata-se de um problema que não é só do Concelho de Valongo, é uma questão mais generalizada e existem órgãos, funcionem bem ou mal, competentes para representar os municípios e as freguesias. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação, ponto por ponto, a **Recomendação** - Por um Encontro Nacional Municipalista, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, verificando-se a seguinte votação: -----

Ponto 1 - Saudar a realização há 100 anos do Congresso Nacional Municipalista onde os quase 300 representantes dos municípios enunciaram reivindicações e defenderam a autonomia e descentralização administrativa. -----

Aprovado por **maioria** com 30 votos a favor e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Ponto 2 - Constituir uma convenção eventual (180 dias, prorrogáveis) sobre a descentralização de competências para os municípios e para as freguesias, composta por representantes da Mesa e de cada um dos grupos municipais nos termos do art.º 26.º n.º 1 c) da Lei n.º 75/213 e do Regimento da Assembleia Municipal. -----

Reprovado por **maioria** com 21 votos contra do Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal da CDU, do Grupo Municipal do CHEGA, do Grupo Municipal Nós Cidadãos e dos Presidentes de Junta de Freguesia, 9 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal do CDS/PP e do Grupo Municipal do PAN e 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE. -----

Ponto 3 - Recomendar ao Executivo municipal se empenhe na realização de um Encontro Nacional Municipalista para um debate aprofundado sobre o processo em curso de transferência de competências a fim de encontrar os melhores caminhos para concretizar a descentralização administrativa apontada na Constituição da República, com a participação de presidentes e vereadores das câmaras municipais e de membros das assembleias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

municipais, de associações do sector (ANMP e ANAM) e de entidades com reflexão sobre as autarquias (como AEDREL). -----

Reprovado por **maioria** com 21 votos a contra do Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal da CDU, do Grupo Municipal do CHEGA, do Grupo Municipal Nós Cidadãos e dos Presidente de Junta de Freguesia, 9 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Grupo Municipal do CDS/PP e do Grupo Municipal do PAN e 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

O 2.º Secretário: _____